

EDUCAÇÃO NO ALTO SERTÃO DA BAHIA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX (1901-1930): ANÁLISE A PARTIR DE “OS ANALPHABETOS”

Margarete Santos Dias¹

Rogério Soares Brito²

Maria Lúcia Porto Silva Nogueira³

Resumo

Esse artigo, resultante do Seminário Interdisciplinar de Pesquisa V norteado pelo eixo temático: Linguagem e História, busca compreender as condições da educação no Alto Sertão da Bahia nas primeiras décadas do século XX (1901-1930). Para isso, partimos da análise do romance *Os Analphabetos*, de João Antônio dos Santos Gumes (2014), intelectual que, por meio da escrita ficcional, documenta a vida social da sua região, retratando a necessidade e os anseios da época; ao mesmo tempo, por meio dos documentos do Arquivo Público Municipal, buscamos conhecer como funcionavam as instituições de educação presentes no período em foco e como era ministrado o ensino. Subsidiarão nossa investigação alguns teóricos que refletem acerca da educação, linguagem, literatura, historiografia e memória.

Palavras-chave: Educação; Alto Sertão da Bahia; João Gumes; Literatura; História.

¹ Graduanda do 5º semestre no curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VI-Caetitê.

² Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagem na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Possui pós-graduação em Literatura Comparada em Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual Santa Cruz-UESC. Formado em Letras Portuguesa/Inglês e Literatura pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

³ Doutora em História Social pela Universidade do Estado de São Paulo (USP). Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Docente do Programa de Pós Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS/UNEB. Historiadora integrante dos Grupos de Pesquisa DisSE e GPCSL, ambos registrados junto ao CNPq.

O interesse pelo estudo do quadro educacional na região de Caetité⁴ ocorreu a partir de um evento realizado pelo Centro de Estudos Literários – CEL no campus VI, em que foram debatidos temas referentes à história, literatura e a educação no sertão da Bahia e de alguns autores, dentre eles, o caetiteense jornalista e literato, João Antônio dos Santos Gumes (1858-1930). Em contato com seu romance, *Os Analphabetos*⁵, publicado inicialmente no ano de 1928 pela Escola Typographica Salesiana da Bahia, e o período de seus escritos definimos o recorte temporal a ser estudado no desenvolvimento deste trabalho, ou seja, as primeiras décadas do século XX que compreende de 1901 a 1930.

O tema escolhido tem o intuito de entender a história educacional da região, como funcionavam as instituições de ensino presentes nessa época, as condições de alfabetização e como ocorria a participação do poder público na organização da educação, temas estes tão debatidos por Gumes em suas obras, sobretudo, em *Os Analphabetos*. Para tanto, contamos com o acervo disponibilizado no Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Ademais, buscamos estudar o *corpus* literário com vista a estabelecer uma relação com a realidade histórica, respeitando as particularidades do texto ficcional.

O estudo literário, conforme assevera Antoine Compagnon (1999), está calcado entre duas perspectivas, a saber: uma histórica, que compreende no sentido mais amplo “o texto como documento” e a outra na perspectiva linguística, em que o texto é tido como “fato da língua” e a literatura “como arte da linguagem”. Nesse sentido, a historiografia é um espaço em que o texto é analisado de maneira concreta, objetiva, ou seja, é visualizado como fruto de um tempo, de uma estrutura política, de uma estrutura social ou econômica, por outro lado, não significa que a literatura, por possibilitar a interferência da imaginação, atue de maneira desconexa com a realidade e com os problemas de seu tempo⁶.

O homem, desde longínqua data faz uso da linguagem como mecanismo de interação, de confronto dos valores sociais e das relações de classe e de dominação (BAKHTIN, 1981). De acordo com esse pensamento, Sevcenko afirma:

⁴ O município de Caetité – BA fica situado na Microrregião da Serra Geral, também denominada de Chapada Diamantina, na zona de transição entre o Planalto Central baiano e a depressão do São Francisco (Santos, 1995). Localizado à aproximadamente 635 Km de Salvador.

⁵ Reeditado em 2014 pela Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB.

⁶ Ver a respeito desta discussão entre História e Literatura: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e Literatura: uma nova velha história* (2006), e SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Sabe-se hoje que, sendo ela produzida pelo complexo jogo de relações que os homens estabelecem entre si e com a realidade, ela passou também a ser, a partir do próprio momento de sua constituição, um elemento modelador desse mesmo conjunto de relações (SEVCENKO, 2003, p.27).

Gumes tinha consciência disso, tanto que expunha e denunciava por meio da escrita a realidade social de parcela significativa de pessoas que se encontravam à margem da leitura e da escrita. Escreveu:

Continuando no meu proposito de tornar conhecida esta região em tudo quanto concerne ao seu interesse e aproveitamento dos seus opulentos recursos, considere que o melhor meio era escrever narrativas de factos verossimeis acompanhados de descripção do nosso territorio e costumes do povo sertanejo (GUMES, 2014, p. 18).

No romance ficcional *Os Analphabetos* (2014), o enredo tem como foco central a trajetória de uma família residente na zona rural do município de Caetité, em que um dos personagens principais é Marcolino, um lavrador de origem humilde e analfabeto, pai de Zezinho, protagonista central desta história, que sonhava em um dia poder aprender ler e escrever, contudo seu pai avesso à letras e à educação, não admitia tal “subversão”, seus filhos desde cedo assumiam diversas obrigação na lavoura, monitorados por uma educação extremamente rígida.

Zezinho, encarregado de vender na feira da cidade o excedente da produção entra em contato com um garoto que o ajuda a decifrar as primeiras letras, contudo descoberta as intenções por seu pai é severamente castigado. Decidido e cansado daquela vida, Zezinho foge e passa a residir e trabalhar numa fazenda em que o coronel, homem estudado e de grandes anseios, admirador da persistência e humildade do jovem investe num projeto de alfabetização, objetivando beneficiar aqueles que ali moravam, começa de forma modesta contando com apenas uma professora,

Já se tem passado quatro annos da installação definitiva da escola fundada pelo coronel Fidelis. O número de crianças matriculadas não excedia de trinta, não só porque o fazendeiro não queria sobrecarregar a professora que, além dellas, em curso nocturno, leccionava alguns adultos, dos jornaleiros que trabalhavam na fazenda, como porque só eram admittidas ao ensino crianças notoriamente pobres que não podessem frequentar escolas publicas (GUMES, 2014, p. 234).

Com os resultados positivos da implementação da escola, o coronel solicita do poder público mais uma professora expandindo assim o número de beneficiados.

Impossibilitados de lerem a carta que seu filho deixara ao fugir, os pais de Zezinho levam-na ao vizinho que sabendo do ocorrido esconde toda a verdade e passa a cuidar de toda a correspondência que chega no correio da cidade para a família não as entregando e embolsando as significativas somas de dinheiro enviada pelo menino.

O romance reflete as dificuldades que a falta de letramento provoca à vida social de seus cidadãos. Além disso, estabelece um paralelo com a realidade social do período, conforme podemos perceber no prefácio da obra, *Os Analphabetos* (2014), pois “as condições históricas da narrativa do autor correspondem ao cenário de intensas migrações do Norte para o Sul do Brasil. [...] documenta de modo preciso: há indicações de caminhos e lugares efetivamente percorridos” (GUMES, 2014, p. 9). Em sua narrativa, circunscrita de inúmeros problemas sociais, políticos e econômicos, Gumes obstina-se a acreditar na educação como um “remédio” para o progresso de sua terra.

O analphabetismo, que é a cegueira do espirito, o impeço o mais prejudicial ao seu desenvolvimento d'elle, porque lhe tolhe o mais simples e comezinho conhecimento dos homens, dos meios de evitar os perigos a que nos podem arrastar os máus, dos deveres e obrigações do individuo como parte integrante da collectividade; é um dos maiores males que affligem a humanidade (GUMES, 2014, p. 252).

Percebemos que a preocupação de João Gumes em “educar o povo” era muito pertinente, dado que os números coletados pelo censo acerca da falta de alfabetização eram bem expressivos, consequentemente, essa grande parcela de iletrados configurava-se num empecilho desanimador para os serviços gráficos do período, ora que, o público leitor era significativamente restrito. Sua atuação como mestre-escola no atual município de Palmas de Monte Alto⁷ em fazendas e proximidade com a realidade do homem do campo, fez com que ao regressar para o espaço urbano continuasse a atribuir um olhar particular para o trabalhador da zona rural. Além, de Secretário da Intendência Municipal, tornou-se o dono e redator do jornal *A Penna*. Gumes utilizava este meio como forma de documentar o que acontecia nos diversos âmbitos social, político, econômico e educacional da região (NOGUEIRA, 2015).

⁷ Localizado na região Sudoeste do Estado da Bahia.

Segundo informações expostas por Manuel Bergström Lourenço Filho na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1965), em 1900 a taxa de analfabetos entre a faixa etária de 15 anos ou mais no Brasil era de 65,3%, enquanto a população estimada em milhões atingia a casa de 18,2. Em 1920, o número de analfabetos passa à 64,9%, índice esse não tão significativo para que houvesse uma acentuada modificação do quadro educacional brasileiro de uma população que já superava um total de 30 milhões de habitantes. Somente em 1940 é que vamos atingir um quadro mais expressivo, passando agora o número de analfabetos da faixa etária de 15 anos ou mais para 56,2%. Contudo, isso ainda significava que parte da sua população não tinha instrução formal, ou seja, ignorava a leitura e a escrita. Cabe ressaltar, que a diminuição das taxas de analfabetismo no país foi acompanhada do aumento progressivo da população urbana e do aumento da renda *per capita*.

Tabela 1 – Indicadores demográficos e econômicos e taxas de analfabetismo, entre 1900 e 1960

	1900	1920	1940	1960
POPULAÇÃO TOTAL, EM MILHÕES. 18, 2	30,6	41,2	70,1	
DENSIDADE GERAL..... . 2,1	3,7	4,9	8,3	
RENDA PER CAPITA, EM DÓLARES 55, 0	90,0	180,0	236,0	
% DA POPULAÇÃO URBANA..... . 10,0	16,0	31,8	46,0	
% DE ANALFABETOS NAS IDADES DE 15 ANOS E MAIS..... . 65,3	64,9	56,2	39,5	

Fonte: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (LOURENÇO, 1965).

Gumes se mostrou antenado com o que estava acontecendo na sua época e denunciava a ausência do poder público em assumir o setor educativo. Como jornalista e escritor, sua principal inquietação era com a saída do sertanejo da sua terra natal, com a falta de políticas públicas e de investimento do governo no setor educacional que

promovessem assistência para o povo e sobretudo com a educação. Defensor da potencialidade da leitura e da escrita, difundia através dos seus romances e do jornal a importância de instruir a sociedade, a fim de torná-la mais consciente e apta a reivindicar seus direitos. O Padre Murta, personagem da trama ressalta, “Que o conhecimento do alfabeto abrir-lhe-a os olhos, porque o alfabeto, como diz um sábio e popular escriptor, contem no seus caracteres mais luz do que as estrellas” (GUMES, 2014, p. 140).

“Na virada do século XIX para o XX, os maiores centros urbanos do Brasil entravam num ritmo acelerado de mudanças que chegavam a provocar uma sensação de vertigem em homens e mulheres que os habitavam” (NOGUEIRA, 2010, p. 32). Desse modo, o espírito progressista advindo do processo de urbanização, da situação econômica do país, a partir da industrialização, foram as molas propulsoras que influenciaram o processo de escolarização, segundo podemos observar na tabela. Todavia, não se deve ignorar que quando falamos do nível econômico do país, devemos entender que a concentração de renda existe no Brasil.

Tais anseios não foram diferentes no Alto Sertão da Bahia.

[...] “o entusiasmo pela educação”, que foi uma marca característica do início do século e também da década de 20 que, no entanto, entra em refluxo no final dessa década, cedendo lugar àquilo que ele chama “otimismo pedagógico” que é uma característica do escolanovismo. Ora, o importante do ponto de vista político a salientar aqui é que nessa fase do entusiasmo pela educação se pensava a escola como instrumento de participação política, isto é, se pensava a escola como uma função explicitamente política; a primeira década desse século, a segunda, a década de 10, e a terceira, a década de 20, foram muito ricas em movimentos populares que reivindicavam uma participação maior na sociedade, e faziam reivindicações também do ponto de vista escolar (SAVIANI, 1995, p. 62).

Além da *Escola Nova*, movimento de renovação do ensino, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, datado de 1932, de acordo com esse pensamento, acreditava na educação como ferramenta de participação política e de organização do meio social e do sistema de ensino, reivindicava uma educação de qualidade e democrática, atribuindo ao Estado tal responsabilidade. O educador caetiteense Anísio Teixeira (1977, p. 33) afirmava: “o dever do governo – dever democrático, dever constitucional, dever imprescindível – é o de oferecer ao brasileiro uma escola primária capaz de lhe dar a formação fundamental [...]”,

Obrigatória, gratuita e universal, a educação só poderia ser ministrada pelo Estado. Impossível deixá-la confinada a particulares, pois estes somente poderiam oferecê-la aos que tivessem posses (ou a “protegidos”) e daí opera antes para perpetuar as desigualdades sociais, que para removê-las. A escola pública, comum a todos, não seria, assim, o instrumento de benevolência de uma classe dominante, tomada de generosidade ou de medo, mas um direito do povo, sobretudo das classes trabalhadoras, para que, na ordem capitalista, o trabalho [...] não se conservasse servil, submetido e degradado, mas igual ao capital na consciência de suas reivindicações e dos seus direitos (TEIXEIRA, 1977, p. 54).

Percebemos que Anísio Teixeira (1977) criticava o processo de educação seletiva, destinado a privilegiar alguns, enquanto relega outros ao destino do insucesso e a uma vida de servidão intelectual, subordinados àqueles que tiveram o privilégio de receber uma “educação”. Logo, o sistema funcionava não para educar todos, mas somente uma parcela, isso significa que tais instituições não foram criadas visando o progresso social e a subversão da estratificação social dominante, mas para perpetuar as desigualdades (TEIXEIRA, 1977).

Por mais que houvesse uma ambição de uma ensino comum e democrático, isso não se efetivou de fato, “a escola era para a chamada elite. O seu programa, o seu currículo, mesmo na escola pública, era um programa e um currículo para ‘privilegiados’” (TEIXEIRA, 1977, p. 29); acresce-se a isso, a insuficiência do número de vagas para a matrícula e a falta de estrutura do espaço escolar,

As escolas brasileiras estão, com efeito, a ser buscadas pelo povo com ansiedade crescente, havendo filas para a matrícula, da mesma natureza das filas para a carne. Os *turnos* se multiplicam, os prédios se congestionam, os candidatos aos concursos de admissão são em número muito superior aos das vagas e as limitações de matrículas constituem graves problemas sociais, às vezes até de ordem pública (TEIXEIRA, 1977, p. 33, grifos do autor).

Assim, a consciência da necessidade de vencer a barreira da ignorância, chocava-se com a dificuldade de acesso da população aos espaços de ensino, limitados por diversas razões, como supracitado. As contribuições de Anísio Teixeira à educação trazem a mesma tônica de negligência dos poderes públicos. Na mesma perspectiva, Gumes enfatizava o poder transformador da educação, ao apresentar a obra *Os Analphabetos* (2014), ressaltava a necessidade de envolvimento do governo nesse setor.

Com base nessa reflexão problematizamos a educação no alto sertão da Bahia nas primeiras décadas do século XX, em particular de Caetité, observando as condições de alfabetização, o funcionamento das instituições que ministravam o ensino, tentando

compreender como se dava a participação do poder público na organização da educação nessa época. Mas antes, faremos um esboço da educação nas últimas três décadas do século XIX, para situarmo-nos historicamente.

A título de contextualização, no final do século XIX, a instrução oferecida resumia-se basicamente na oferta de cursos por escolas particulares e pela primeira Escola Normal de Caetité, criada em 1895 com intuito de formar professores na cidade, após a eleição de Joaquim Manoel Rodrigues Lima, caetiteense que, ao ocupar o cargo de Governador Constitucional Republicano, conhecendo a carência de sua terra atuou no incentivo à educação (Santos, 1995). Contudo, em 1903 foi fechada no governo de Severino Vieira repentinamente, segundo afirma Santos (1995) e outras informações que atestam o fato como sendo de ordem política.

Eminentemente feminino o curso tinha duração de quatro anos, diplomou segundo consta nos estudos de Santos (1995) três turmas, a primeira em 1901, a segunda em 1902 e a terceira em 1903, compreendendo um total de 22 professoras, assim, a Escola Nova simbolizou para as mulheres da época uma forma de ascensão social.

Adentrando agora no contexto da Educação oferecida em Caetité no início do século XX, assunto este também abordado por Gumes no seu jornal, tivemos:

- **A Escola Americana** – fundada em 1912 para o público masculino e feminino por missionários Presbiterianos americanos que visualizaram Caetité como um local propício para desenvolver seus propósitos de ensino e catequese (SANTOS, 1995). Situava-se “[...] no mesmo lugar onde é hoje (1995) a Igreja Presbiteriana, na antiga praça da cadeia, que tomou o nome de Deocleciano Teixeira e que foi transformada em ruas” (SANTOS, 1995, p. 70). Conforme afirma a mesma autora, a metodologia de ensino considerada moderna e o fechamento da Escola Normal, proporcionou um quadro de grande demanda, funcionando até 1925.
- **O Colégio São Luiz Gonzaga** – segundo afirma Santos (1995), foi pensado pelo Padre Luís Pinto Bastos, que assumia o cargo de vigário da freguesia, com a expulsão dos Jesuítas de Portugal (1910), fundou por meio da Companhia em 1912 na cidade um colégio destinado para homens, que funcionou de forma conexas com o Antônio Vieira de Salvador. Esse colégio localizava-se no mesmo prédio onde atuou a Escola Normal, em sistema de internato e externato, dirigido por padres

portugueses e de outras nacionalidades, exerceu suas atividades até 1925, sendo frequentado tanto pela população local, quanto pelas regiões circunvizinhas (SANTOS, 1995).

Calculando-se uma média de 70 alunos, quase mil jovens sertanejos receberam o excelente ensino primário e complementar (equivalente a 1º e 2º graus ginasiais), ministrado pelos jesuítas durante os doze anos em que funcionou (SANTOS, 1995, p. 72).

É notável a significativa influência dos jesuítas na região no que tange a área educacional, possibilitou o ingresso de muitos alunos no ensino.

- **Colégio Imaculada Conceição** – Dom Manoel Raimundo de Melo, bispo de Caetité, abriu em 1915 um colégio em sistema de internato e externato para mulheres, administrado por freiras que ministravam o curso primário e o complementar, além das aulas relacionadas à área da Arte, teve um prédio próprio na Rua Rui Barbosa, funcionou de 1919 a 1925 (SANTOS, 1995).
- **Escola Normal de Caetité** – Foi no governo do Dr. Francisco Marques Góes Calmon, e na atuação do Dr. Anísio Spínola Teixeira no cargo de Diretor Geral da Instrução, que a nova Escola Normal de Caetité em 1925 é pensada, instituição de ensino criada pela Lei 1.846, de 14 de agosto de 1925, que atuou reformando a instrução pública no Estado baiano (Santos, 1995), e o Decreto nº 4312, de 30 de dezembro de 1925, incumbido de aprovar o Regulamento do Ensino Primário Normal, tais leis buscavam conferir qualidade ao serviço de instrução pública e ao ensino primário⁸.

Inaugurada em 1926, a Escola Normal teve a sua estrutura ampliada em 1955 para abrigar as Escolas Anexas (sexo masculino e noturno; sexo feminino e jardim de infância), o curso abrangia o Normal, ofertado no período de quatro anos e o ensino fundamental, de dois anos (Santos, 1995). Contava com as seguintes disciplinas no Curso Normal: História, Geografia, Português, Francês, Desenho, Matemática,

⁸ Em conformidade com a lei supracitada, o ensino público no Estado da Bahia compreenderia: o ensino infantil, o ensino primário elementar, o ensino primário superior, o ensino complementar, o ensino normal, o ensino secundário, o ensino profissional e o ensino especial, ver a respeito disso, ABREU, Jayme. “Anísio Teixeira e a Educação na Bahia: o educador, a obra e o meio”. <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/livro7/anisio1.html>. Acessado em: 14/01/2020.

Trabalhos Manuais, Educação Física, Prendas Domésticas; e do Curso Fundamental: Português, Ciências Naturais, Matemática, História, Instrução Moral e Cívica (SANTOS, 1995).

Matricula-se, em 1927, 408 alunos a saber: na Escola Normal – 1º ano: 13, 2º ano 11; no Curso Fundamental 1º 2º anos 34; escolas anexas, sexo masculino 31, sexo feminino 37, jardim infantil (29) 32; escolas reunidas (4 classes) 198; escola noturna 52 (SILVA, 1932, p. 181).

Passou por sucessivas reformas desde sua abertura, transformada em Escola Normal Rural em 1941; retorna a sua categoria antecedente em 1949 e é introduzido o Ginásio; em 1958, era a Escola Normal e Colégio Estadual de Caetité e em 1962 é transformada em Instituto de Educação Anísio Teixeira – IEAT, pela Lei de nº 1. 629, de 23/ 02/ 62 (SANTOS, 1995).

As reformas possibilitaram atender àqueles que desejavam seguir outras carreiras, por meio da introdução de outros cursos, além disso, o número de escolas tem se multiplicado na cidade ao longo do tempo, essas instituições passam a serem vistas como espaço democrático de significativa importância para a formação política, cultural e social dos cidadãos (SANTOS, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, por meio deste artigo, compreender a história educacional de Caetité no alto sertão, a partir dos registros literários de João Antônio dos Santos Gumes, em consonância com outros documentos e fontes informativas coletadas.

No romance *Os Analphabetos* (2014), Gumes expunha e documentava por meio da escrita as dificuldades que a falta de letramento provocava na vida de seus cidadãos, refletindo acerca da sua realidade social e defendendo uma educação inclusiva, comum, pública e gratuita.

Além disso, fizemos um esboço da educação no século XIX e adentramos no contexto da Educação oferecida em Caetité no início do século XX, bem como das instituições que ministravam o Ensino Complementar e o Ensino Primário.

Partindo desse panorama educacional da cidade de Caetité podemos perceber que a utopia de Gumes em sua trama dos *Analphabetos* foi pouco a pouco se tornando realidade e ganhando proporções significativas, a ponto de definir um status para o município como cidade cada vez mais procurada e respeitada em questões de ensino e educação e com uma

influência que vai além da região do Alto Sertão, atingindo também outras regiões do estado da Bahia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Jayme. **Anísio Teixeira e a Educação na Bahia: O educador, a obra e o meio.** Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro7/anisio1.html>> Acesso em: 14 Jan. 2020.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1981.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum.** Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

GUMES, João Antônio dos Santos. **Analphabetos.** Salvador: Eduneb, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 2003.

LOURENÇO FILHO, M. B. “Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise”. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, out./dez, 1965, p. 250-272. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/documents/186968/489316/Revista+Brasileira+de+Estudos+Pedag%C3%B3gicos+\(RBEP\)+-+Num+100/45aac00f-647f-4c64-aa3008ea32204e6?version=1.1](http://portal.inep.gov.br/documents/186968/489316/Revista+Brasileira+de+Estudos+Pedag%C3%B3gicos+(RBEP)+-+Num+100/45aac00f-647f-4c64-aa3008ea32204e6?version=1.1)>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. **A norma dos “bons costumes” e as resistências femininas nas obras de João Gumes (Alto Sertão Baiano, 1897-1930).** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. **Mulheres, história e literatura em João Gumes: Alto Sertão da Bahia, 1897-1930.** São Paulo: Intermeios, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e literatura: uma velha-nova história.** Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>>. Acesso em: 20 Dez. 2019.

SANTOS, Helena Lima. **Caetité - Pequeninina e ilustre.** Brumado: Gráfica e Editora Tribuna do Sertão, 1995.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. **Cidade e memória: dimensões da vida urbana Caetité – 1940-1960.** 2001. Dissertação (Mestrado). UNIRIO, Rio de Janeiro, 2001.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo.** Campinas: Editora Autores Associados, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Pedro Celestino da. Notícias Históricas e Geográficas do Município de Caetité. **Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia**, nº 58, 1932, p. 89-294.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** São Paulo: Editora Nacional, 1977.